



**BOLETIM - ANO III – Nº 112**  
**Rio de Janeiro, 8 de março de 2013**

## **CONTABILISTAS VÃO AO SENADO PROPOR ALTERAÇÕES NO PL 289/2008**



(esq/dir) Milton Pessoa (pres. Fed. Cont. Norte e Nordeste) Wilson Machado (pres. Fed. Cont. Centroeste) Divanzir Chiminácio (Pres. Fed. Cont. Paraná), Senador Paulo Paim, Luiz Sergio (pres. Fed. Cont. RJ/ES/BA) e Rogério Noé (pres. Fed. Cont. Minas Gerais)

Os presidentes das Federações de Contabilistas do Brasil estiveram em audiência com o Senador Paulo Paim, em Brasília, no dia 27 de fevereiro e, por solicitação do Senador retornaram novamente ao Senado Federal, no dia 6 de março, para em continuidade à audiência anterior debater com o senador Paulo Paim (PT-RS), alternativas para a redação do Projeto de Lei do Senado nº 289/2008, de autoria do próprio Senador Paulo Paim, que altera o parágrafo 2º do artigo 1.179 do Código Civil. O projeto tinha como objetivo, dispensar o empresário e a sociedade empresária optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, da obrigação de seguir um sistema de escrituração contábil, levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Na audiência com o Senador estiveram presentes os seguintes presidentes: Luiz Sérgio da Rosa Lopes, da Federação dos Contabilistas dos Estados do RJ, ES e BA; Almir da Silva Mota, da Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo; Rogério Marques Noé, da Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo; Divanzir Chiminácio, da Federação

dos Contabilistas do Estado do Paraná; e o 1º vice-presidente Financeiro da Federação dos contabilistas do Rio Grande do Sul, Sérgio Gilberto Dienstmann.

O projeto além de fragilizar o controle contábil das empresas, poderia também, se aprovado, causar desemprego na classe contábil.

O Senador afirmou aos presidentes de Federações que já havia solicitado a retirada do seu projeto de lei da pauta da casa, conforme havia sido requerido pelas Federações de Contabilistas, na primeira audiência, com o objetivo de proporcionar uma melhor discussão e entendimento sobre o assunto.

“Meu compromisso irremovível é com os trabalhadores, com os assalariados, e se este projeto, conforme me foi dito, impacta de forma negativa sobre os trabalhadores, vamos proceder a uma revisão do mesmo”, afirmou o senador.

Paim estimulou os representantes dos Contabilistas que preparem e encaminhem ao seu gabinete uma minuta com uma nova redação para o Projeto de Lei do Senado, revisando as distorções apontadas pelas Federações para que assim se possa proceder a uma tramitação consensual do projeto.

O Presidentes das Federações de Contabilistas disseram que a classe contábil brasileira estava apreensiva e profundamente preocupada com as consequências que o projeto, mantida a redação atual, poderia ter sobre a categoria ao eliminar a obrigatoriedade da escrituração contábil para as pequenas e micro empresas.

“O efeito mais danoso e imediato seria a deflagração de demissões Brasil afora, uma vez que cerca de 90% das pequenas e micro empresas estão dentro dos escritórios de contabilidade, notadamente no interior do País”, alerta Luiz Sérgio da Rosa Lopes, Presidente da Federação dos Contabilistas dos Estados do RJ, ES e BA e vice-presidente da CNPL.

Fora o grave aspecto social, representado pelas demissões em massa, o PLS ainda atenta sobre a ordem jurídica. “Com a eliminação da escrituração contábil nas empresas, em caso de falência das mesmas, o trabalhador ao pleitear o recebimento de seus direitos, não os terá atendido, uma vez que ao juiz ficará impossibilitado do cálculo da massa falida”, cita como exemplo Rogério Marques Noé, presidente da federação dos Contabilistas de MG e também vice-presidente da CNPL.



(esq/dir) Almir Mota (pres. Fed. Cont. São Paulo, Sérgio Dienstmann (Dir. Fin. Fed. Cont. RS), Divanzir Ciminázio (pres. Fed. Cont. Paraná), assessora e o Senador Paulo Paim, Luiz Sérgio (pres. Fed. Cont. RJ/ES/BA), Rogério Noé (pres. Fed. Cont. Minas Gerais)

## MOBILIZAÇÃO DA CSB CHEGA AOS QUATRO CANTOS DO CONGRESSO NACIONAL



Álvaro Egea (secretário-geral), José Avelino Pereira (vice-presidente), Antonio Neto (presidente), Luiz Sergio (1º.vice-presidente) e Juvenal Pedro Cima (diretor de fiança).

Presidente do Senado, vice-presidente da República e lideranças partidárias se mostraram favoráveis a apoiar a Central para destravar pauta trabalhista.

A Campanha Nacional pela Ampliação dos Direitos Trabalhistas, promovida pela Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) entre os dias 26 e 28 de fevereiro, em Brasília, mobilizou dirigentes e representantes de vários sindicatos filiados à entidade. Entre as bandeiras de luta da CSB estão a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, a regulamentação das Convenções 151 e 158, o fim do fator previdenciário, a consolidação dos direitos dos trabalhadores e a melhoria na distribuição da renda.

Os três dias foram permeados por encontros com diversas autoridades, entre as quais o presidente do Senado e do Congresso Nacional, Renan Calheiros, o vice-presidente da República, Michel Temer, além de dezenas de parlamentares e lideranças partidárias.

A CSB expôs *banners* em todos os postes da Esplanada dos Ministérios com a logomarca da Central e as principais palavras de ordem que integram as bandeiras de luta da entidade. Além disso, foi entregue aos parlamentares um *kit* da CSB, que incluía o [manifesto](#) da entidade, o [jornal](#) a [relação da diretoria](#) e brindes, como *mouse pad*, canetas e botons.

### Encontros com parlamentares

No primeiro dia da ação, os representantes da CSB, liderados pelo presidente da entidade, Antonio Neto, se reuniram com o senador e presidente do PMDB Valdir Raupp para apresentar ao parlamentar a pauta trabalhista defendida pela Central.

O senador Raupp colocou o PMDB à disposição da CSB e dos sindicatos. Destacou também a força do partido na Câmara e no Senado, fator importante para debater e apoiar a pauta trabalhista, bandeira de luta da CSB nessa ação na capital federal.

“Eu quero me colocar à disposição da CSB. Nós respeitamos todas as filiações, as correntes partidárias, as criações de novos partidos. Com os líderes, você pode agilizar os projetos para as categorias. E o PMDB ficará como suporte para ajudar nos trabalhos necessários”, complementou Valdir Raupp.

### **Audiências no Senado e no Palácio do Planalto**

No dia 27 de fevereiro, os dirigentes tiveram um encontro com o vice-presidente da República, Michel Temer. Antonio Neto entregou o manifesto da CSB que contém todas as bandeiras da pauta a ser discutida no Congresso. Michel Temer se mostrou receptivo e interessado nas questões. “Vamos lutar juntos”, defendeu o vice-presidente.

Michel Temer e Antonio Neto lembraram a trajetória de ambos como lideranças importantes nas articulações pelas causas trabalhistas. “Estaremos em qualquer lugar quando a luta for em prol dos trabalhadores”, finalizou Neto. O vice-presidente se dispôs a analisar as questões da pauta trabalhista proposta pela CSB e a manter um diálogo com o movimento sindical e representantes da classe trabalhadora.

A convite de Michel Temer, Antonio Neto participou de um jantar em homenagem ao senador José Sarney (PMDB-AP), no Palácio do Jaburu, residência oficial do vice-presidente da República. O presidente da CSB se encontrou com a Presidenta Dilma Rousseff e demais integrantes do governo. Neto estava acompanhado do presidente da Federação Nacional dos Técnicos Agrícolas, Mario Limberger, e do Assessor Parlamentar da Central, Ernesto Pereira.

### **Reunião com o Presidente do Senado**

Os dirigentes da CSB se reuniram também com o presidente do senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), para apresentar ao parlamentar, além da redução da jornada, a defesa da PEC para que servidores públicos não recebam salário-base menor que o mínimo. “Para mascarar, inserem uma série de benefícios e gratificações, que não estão incorporados no salário do trabalhador, para atingir o valor do salário mínimo. Ele pode até receber os vencimentos acima, mas o salário-base dele fica abaixo, e isso é inadmissível”, enfatizou o presidente da CSB, afirmando que a Central vai lutar para que o salário-base dos servidores seja, pelo menos, equivalente ao salário mínimo, para que eles não sofram defasagem na aposentadoria.

Renan Calheiros se propôs a criar comissão para debater pauta dos trabalhadores, mostrou interesse pela questão e disse sempre lutar pela defesa do salário mínimo. “Vocês sabem que eu estive aqui na presidência do Congresso Nacional e no Senado em outras duas oportunidades. Nessa época nós estabelecemos parcerias em todas as direções. Uma delas, que carrego com muito orgulho porque nós designamos aqui, foi propor uma política de valorização do poder de compra do salário mínimo. Essa proposta foi levada pelas centrais ao presidente Lula, que acabou adotando isso como critério”, pontuou o presidente do Senado.

O senador Paulo Paim (PT/RS) também recebeu a CSB, e as propostas apresentadas pelos dirigentes da entidade entusiasmaram o parlamentar. “As 40 horas semanais é um projeto meu. O fim do fator previdenciário, a contribuição negocial e assistencial, e o reajuste dos aposentados eu aprovei aqui no senado, e está agora na Câmara”, exemplificou. “Contem comigo, sou parceiro da Central. O Neto sabe o carinho que tenho por ele e não poderia terminar sem dizer isso. Viva a CSB. Ela veio pra ficar” finalizou o senador.

### **Reunião com o vice-presidente da Câmara**

Ainda no dia 27, o vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT/PR), mostrou entusiasmo ao receber dos dirigentes da Central a pauta trabalhista. “Uma conversa como essa é enaltecida. E por se tratar dos trabalhadores, é muito justo”. O mesmo

aconteceu com o Nilton Capixaba (PTB-RO), que recebeu os representantes da CSB com disposição e se comprometeu a estudar o manifesto da entidade.

### **Audiência com o Ministro do Trabalho**

Antonio Neto se reuniu com o ministro do Trabalho e Emprego, Brizola Neto, em duas oportunidades, uma delas para discutir a alteração das regras de concessão de registro sindical. A portaria busca garantir a legitimidade dos pleitos de registro sindical, dar mais transparência, controle e rapidez neste processo. “Vamos implantar um novo SDP, que garantirá a análise em ordem cronológica dos pedidos de registro ou alteração sindical e ao mesmo tempo garantir a tramitação das demais fases do processo, com distribuição imediata”, afirmou o ministro.

Dirigentes da CSB e de sindicatos e federações dos administradores do Maranhão participaram de duas audiências com os deputados Weverton Rocha (PDT/MA) e Simplício Araújo (PPS/MA) para pedir aos parlamentares apoio às bandeiras de luta da categoria e apresentar aos deputados a evolução da Central. Os parlamentares se mostraram empenhados em trabalhar em prol dos administradores.

Durante a ação da CSB, os dirigentes da entidade e os representantes dos agentes penitenciários do Distrito Federal se encontraram com o senador Gim Argello, líder do PTB no Senado. O presidente da Central expôs a luta contra o veto ao PLC 87/2011, que regulamenta e autoriza o uso de armas de fogo pelos agentes penitenciários fora do horário de serviço. A entidade pediu apoio ao parlamentar, que reagiu positivamente aos ideais propostos. “As portas do gabinete estão sempre abertas, conte com o nosso apoio”, finalizou.

### **Filiação, apoio dos deputados e repercussão da campanha**

No dia 28 de fevereiro, a CSB filiou-se ao Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). A cerimônia de filiação aconteceu na Câmara dos Deputados durante a Campanha Nacional pela Ampliação dos Direitos Trabalhistas, promovida pela Central em Brasília. O DIAP possui 900 entidades sindicais que compõem sua base, e atua nos poderes da República, em especial no Congresso Nacional, dando auxílio técnico-legislativo. O DIAP apoia e defende a pauta trabalhista proposta pela CSB.

Vários parlamentares tiveram a oportunidade de receber as propostas da CSB. Os deputados Raimundo de Matos (PSDB/CE), Chico Lopes (PC do B/CE), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), Weliton Prado (PT-MG), Aracely de Paula, Marinha Raupp (PMDB-RO), Edinho Araújo (PMDB-SP), entre outros, manifestaram satisfação com o empenho da Central em organizar um evento oficial em Brasília.

Jair Bolsonaro (PP/RJ) e Domingos Sávio (PSDB/MG) se mostraram entusiasmados com as bandeiras da pauta trabalhista. O deputado federal pelo PSDB iniciou seu discurso na Câmara, no mesmo dia, saudando a CSB. “Eu quero registrar que estão presentes, nesta Casa do povo brasileiro, os representantes da Central dos Sindicatos Brasileiros, o seu presidente, o Sr. Antônio Fernandes Neto, e várias outras lideranças sindicais. Quero cumprimentá-los e dizer da satisfação com que recebi a manifestação que traz as

reivindicações absolutamente justas e do interesse de diversas categorias de trabalhadores das centenas de sindicatos ligados a essa Central”, discursou Domingos Sávio.

Também muito produtivo foi o encontro de dirigentes da CSB com a liderança feminina do PMDB. Além disso, Lincoln Portela (PR/MG) e Anthony Garotinho (PR/RJ) receberam a comitiva da Central no gabinete da liderança do partido na Câmara. O deputado Portela se colocou à disposição dos dirigentes da Central para levar a representação dos trabalhadores para dentro do Congresso. Para Garotinho, a redução da jornada de trabalho é algo a ser levado a sério. “O trabalhador tem que ser organizado e bem representado realmente. Podem contar comigo. Minha história toda é dentro de sindicato”, finalizou o parlamentar. Após três dias de ação em Brasília, a CSB consolida a ampliação de sua visibilidade no Congresso Nacional, perante as autoridades e lideranças partidárias. A repercussão da campanha na Rádio Câmara e a saudação do deputado federal Domingos Sávio, no plenário da Casa, são exemplos de como a Central está no caminho certo para que em 2013 alcance as mil entidades filiadas e fortaleça ainda mais a defesa pelos direitos dos trabalhadores.

Fonte: [www.csbbrasil.org.br](http://www.csbbrasil.org.br)

## **DIVULGADA A PORTARIA QUE PROMOVE APERFEIÇOAMENTOS NO REGISTRO SINDICAL**

Nova regra foi publicada no Diário Oficial e traz maior transparência na criação de sindicatos

A nova portaria para criação e registro de entidades sindicais de trabalhadores e patronais foi publicada em 4 de março, no Diário Oficial da União, mas já havia sido anunciada no dia 26 de fevereiro pelo Ministro do Trabalho e Emprego, Brizola Neto.

O documento busca garantir a legitimidade dos pleitos de registro sindical, dar mais transparência, controle e rapidez neste processo. “Vamos implantar um novo SDP, que garantirá a análise em ordem cronológica dos pedidos de registro ou alteração sindical e ao mesmo tempo garantir a tramitação das demais fases do processo, com distribuição imediata”, afirmou o ministro.

Os principais pontos reeditados da portaria 186 foram divulgados no [site](#) da CSB, tendo como fonte a notícia divulgada pela assessoria do MTE. Regras mais adequadas para o registro de entidades rurais foram adotadas, assim como a certificação digital para todos os requerimentos feitos no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES).

Para evitar que pessoas alheias à categoria criem ou alterem sindicatos, a identificação e qualificação dos subscritores dos editais e requerimentos foram regulamentadas. Está previsto também maior rigor quando houver desmembramento e dissociação.

Além disso, o Conselho Nacional do Trabalho terá participação na definição de novas categorias. Dessa forma, o Ministério encaminhará consulta ao Conselho de Relações do Trabalho (CRT) em caso de dúvida na criação do sindicato.

Fonte: [www.csbbrasil.org.br](http://www.csbbrasil.org.br)

## **CNPL DEFENDE NOVO REFIS PARA OS PROFISSIONAIS LIBERAIS**

Diretor da Confederação Nacional das Profissões Liberais- CNPL, Jandival Ross, participou de reunião com o deputado federal Edinho Bez e apontou motivos que levam os contribuintes à inadimplência tributária

No dia 4 de março, a Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, representada por seu diretor Jandival Ross, participou de uma reunião com o deputado federal Edinho Bez - PMDB/SC, ocasião em que defendeu a criação de um novo Refis para os profissionais liberais autônomos e contribuintes em geral com débitos tributários federais.

Durante o encontro, Ross apontou que são vários os fatores que podem levar um profissional liberal às dívidas, principalmente as fiscais. Segundo ele, “ninguém gosta de colocar em risco a continuidade de suas atividades e o seu próprio patrimônio. É importante salientar que, a cada novo Refis, muitos desses profissionais liberais conseguem colocar suas situações tributárias em dia e voltar a produzir normalmente, gerando empregos e renda”, informou o diretor da CNPL, que entregou um ofício ao parlamentar.

Nesse documento, Ross defende que o contribuinte em débito com tributos federais não é sonegador, pois foi ele mesmo quem declarou aos órgãos competentes o valor do imposto devido. No ofício é enfatizado ainda que somente cerca de 40% daqueles que aderiram ao Refis da Crise, instituído pela Lei 11.941/2009, conseguiram consolidar com êxito o parcelamento da dívida ou nele permanecer incluídos – um fato prejudicial não apenas para os profissionais liberais, mas também para a Fazenda Nacional, que deixou de receber significativos recursos financeiros, correspondentes a créditos de difícil recuperação.

O parlamentar concordou com todos os aspectos expostos pelo diretor da CNPL, e se comprometeu em marcar uma audiência com os representantes da Receita Federal do Brasil - RFB para discutir o assunto, afirmando que é preciso mostrar ao Fisco a importância de se conceder uma oportunidade para quem está inadimplente. “É fundamental fazer uma distinção bem clara entre o inadimplente e o sonegador”, observou Edinho Bez, que integrou a Comissão de Reforma do Sistema Tributário na Câmara dos Deputados.

A CNPL solicita à Receita Federal que conceda aos profissionais liberais brasileiros um novo parcelamento, com prazo igual ou superior ao do Refis da Crise - 180 meses e redução da multa e dos juros, proporcionando, assim, que um número expressivo de contribuintes regularizem suas situações tributárias e que o governo federal aumente a sua arrecadação sem a necessidade da criação de novos tributos.

Fonte: [www.cnpl.org.br](http://www.cnpl.org.br)

## **SENADO APROVA CRIAÇÃO DA SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA**

O Plenário do Senado aprovou nesta quinta-feira (7) a criação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, com status de ministério e vinculada diretamente à Presidência da República. A pasta deve formular políticas e programas para fortalecimento das microempresas, das empresas de pequeno porte e do artesanato. Também serão criados 66 cargos comissionados (DAS) para a nova estrutura.

De acordo com o PLC 112/2012, que já havia sido aprovado pela Câmara, a nova secretaria absorverá parte das competências do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Exterior, cuidando especificamente de incentivo, qualificação e promoção da competitividade e da inovação em empresas menores. Também deverá abrir portas para a participação do setor na exportação.

O senador Walter Pinheiro (PT-BA), relator do projeto, defendeu o texto aprovado na Câmara e rejeitou duas emendas de senadores de oposição. Uma delas, apresentada por José Agripino (DEM-RN), transferia ao Sebrae – e não a uma nova secretaria – a responsabilidade por programas voltados às micro e pequenas empresas. Para o relator, essa proposta seria inconstitucional.

Também foi rejeitada emenda do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que evitava a criação de cargos comissionados para atender a nova secretaria. Aloysio sugeria a transferência de servidores do Ministério do Desenvolvimento que hoje trabalham com microempresas para a nova estrutura. Para Pinheiro, no entanto, a atual estrutura do ministério não é suficiente para o tamanho da demanda.

Críticas a 'balcão de negócios'

Aloysio Nunes frisou não ser contrário às micro e pequenas empresas, mas criticou a criação dos cargos, o que, para ele, tem um sentido eleitoreiro.

- Eu quero que o governo incremente sua atenção às pequenas empresas, mas sou contrário à criação do ministério por ser uma demasia, uma dispersão de energia, um desperdício de dinheiro – afirmou o senador.

Toda a discussão do projeto, aliás, foi marcada pelos protestos dos senadores do PSDB. Assim como Aloysio, Alvaro Dias (PSDB-PR) e Aécio Neves (PSDB-MG) acusaram o governo de estar inchando ainda mais a máquina pública com a finalidade de trazer mais partidos para a base governista por meio do oferecimento de cargos públicos.

Segundo Alvaro, o projeto “é uma reforma administrativa às avessas”. Ele disse que os 39 ministérios que compõem o Executivo são prova do maior aparelhamento do estado brasileiro da história com o objetivo de ampliar o tempo de propaganda de TV e rádio e a sustentação eleitoral.

- Instalou-se em Brasília um balcão de negócios, numa relação de promiscuidade entre os poderes e os partidos, com a cooptação de partidos a pretexto de se ampliar a base do governo e estabelecer a governabilidade. Se não destruímos esse modelo, o país não pode atingir suas metas. A energia financeira do poder público está sendo esgotada - reclamou.

Na mesma linha, Aécio frisou que “quem governa o Brasil é a lógica da reeleição”. Ressalvou que as micro e pequenas empresas têm 15 milhões de empregos formais e produzem 25% do PIB. Mas, na linha de Aloysio, disse que a Presidência da República, que teria 4 mil cargos comissionados distribuídos em sua estrutura, poderia formar a nova secretaria sem abrir novos cargos.

Também de oposição, o DEM acabou votando a favor do projeto. Apesar da emenda do senador Agripino, o senador Jayme Campos (DEM-MT) disse que acredita na desvinculação da estrutura do ministério para que a nova secretaria possa ser “um viveiro de criação de novos empregos e postos de trabalho para o povo brasileiro”.

Governistas

Pouco antes da votação, os governistas se levantaram em defesa da secretaria. José Pimentel (PT-CE), líder do governo no Congresso, lembrou a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2003, que à época também encontrou resistência da oposição,

com o argumento de que não havia necessidade de tirar suas atribuições dentro do Ministério da Agricultura.

– Hoje, todos comemoram a criação do ministério porque ele se especializou na agricultura familiar, ele se especializou na parte dos assentamentos e liberou o Mapa para cuidar do agronegócio – comparou.

Também o líder do governo no Senado, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), manifestou-se a favor da secretaria. - A micro e a pequena empresa precisam ser reconhecidas como mola propulsora da geração de emprego, da inovação e das novas oportunidades numa economia emergente como a economia brasileira.

Fonte: Agência Senado

### **CSB FILIA-SE AO DIAP EM ATO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**



Delegação da Central dos Sindicatos Brasileiros com o Diretor do DIAP no ato de filiação da Central

Departamento Intersindical apoia a pauta trabalhista apresentada pela Central no Congresso

No dia 28 de fevereiro, a CSB filiou-se ao Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). A cerimônia de filiação aconteceu na Câmara dos Deputados durante a Campanha Nacional pela Ampliação dos Direitos Trabalhistas, promovida pela Central em Brasília.

O DIAP possui 900 entidades sindicais que compõem sua base, e atua nos poderes da República, em especial no Congresso Nacional, dando auxílio técnico-legislativo.

Para Antonio Neto, presidente da CSB, a instituição é de vital importância para os trabalhadores. “O DIAP faz radiografias das questões debatidas no Congresso que envolvem os trabalhadores. Em toda legislatura eles emitem uma brochura analisando as ações da Casa.”, explicou Neto referindo-se aos livros produzidos pelo órgão.

### **Filiação como instrumento de luta**

O diretor da entidade, Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho do Diap, se mostrou muito entusiasmado com a filiação e o crescimento da CSB. “É uma honra para o DIAP receber essa nova Central, que está congregando, se organizando em torno de diversos setores da economia nacional, como profissionais liberais, comércio, prestadores de serviço, bancários. Uma entidade que surge com muita força, e tenho certeza de que a CSB vai ser uma grande Central”, comemorou o diretor.

Segundo Toninho, não há soluções para os problemas coletivos fora da política, uma vez que todas as conquistas da humanidade foram objeto de decisões políticas. “E a organização sindical, no Brasil em particular, é a base desse movimento que dá sustentação a essas conquistas e resistências a esses retrocessos”, pontuou.

Antonio Neto reforçou que a CSB pode contribuir ideologicamente e na manutenção do DIAP. “Vamos tentar espriar isso para que todos os sindicatos filiados a nós possam também se filiar ao DIAP e, acima de tudo, contribuir na manutenção. Aqui se faz grandes trabalhos. Quando a gente precisa do acompanhamento de alguma legislação, alteração, alguma lei, o DIAP pode fazer isso para nós”, salientou o presidente da CSB sobre a importância do órgão no respaldo à visão clara e apartidária da Central, que está disposta a formar e qualificar seus dirigentes.

O DIAP apoia e defende a pauta trabalhista proposta pela CSB em Brasília, além de considerar que a filiação da Central dará ainda maior prestígio ao Departamento e ampliará a abrangência dos trabalhos. “Por que não se pode reduzir novamente de 44 para 40 horas a jornada de trabalho? Rever essa questão do fator previdenciário e uma série de outras matérias que angustiam o trabalhador. É uma filiação muito bem-vinda, estamos satisfeitos com a decisão política de vocês de se filiar, e contem conosco para o que precisar do DIAP”, concluiu Toninho.

Fonte: [www.csbbrasil.org.br](http://www.csbbrasil.org.br)